



Conselho Estadual de Administração do Paraná

PROVA PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO

OBSERVAÇÃO: Os candidatos habilitados na prova objetiva serão dispostos em ordem classificatória e, ocorrendo empate, terá preferência àquele que:

a) Obtiver maior pontuação nas matérias na seguinte ordem: Direito Constitucional; Direito Administrativo; Direito Processual Civil; e, Direito Civil.

B) Persistindo o empate, o que for de maior idade.

Será eliminado o candidato que não obtiver pelo menos 05 (cinco).

Nome do candidato: _____.

CPF: _____.

Curitiba, 15 de agosto de 2014.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Considere o seguinte texto:

“A Administração Pública exerce atividade multifária e complexa, e sempre com os olhos voltados para fim de interesse público. Para alcançá-lo, precisa valer-se de serviços e bens fornecidos por terceiros, razão por que é obrigada a afirmar contratos para realização de obras, prestação de serviços, fornecimento de bens, execução de serviços públicos, locação de imóveis, etc. Por isso é que, como bem observa BIELSA, a causa jurídica, fundada numa causa fática, é sempre elemento essencial dos contratos.

Não poderia a lei deixar ao exclusivo critério do administrador a escolha das pessoas a serem contratadas, porque, fácil é prever, essa liberdade daria margem a escolhas impróprias, ou mesmo a concertos escusos entre alguns administradores públicos inescrupulosos e particulares, com o que prejudicada, em última análise, seria a Administração Pública, gestora dos interesses coletivos.” (Jose dos Santos Carvalho Filho, Manual de Direito Administrativo, 2010, 23 ed., pag. 255).

Com base no texto acima e nos seus conhecimentos sobre Direito Administrativo, pretendendo a Administração Pública contratar um particular, em regra, o que ela deve fazer:

a) Um contrato formal e direto com o particular que escolher de acordo com a oportunidade e conveniência, desde que observadas as normas da legislação civil, mais especificamente, a necessidade da assinatura de duas testemunhas que não tenham relação com a administração, em respeito à moralidade administrativa.

b) Um contrato formal e direto com o particular que escolher de acordo com a oportunidade e conveniência, desde que observadas as normas da legislação civil, sendo desnecessária a assinatura de duas testemunhas, vez que as declarações da administração públicas são dotadas de fé pública.

c) Deverá realizar um processo administrativo licitatório para a contratação do particular.

d) Poderá dispensar qualquer contrato ou procedimento caso o particular já possua um vínculo de confiança com a administração, tudo em respeito ao princípio da economicidade.

2. De acordo com a Lei 8666/93, é modalidade de licitação:

a) Melhor técnica.



Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Paraná

- b) Menor preço e melhor técnica.
- c) Melhor técnica.
- d) Convite.

3. Julguem os itens a seguir e na sequência assinale a alternativa correta.

I – O instrumento convocatório é o ato através do qual Administração Pública estabelece as regras claras e objetivas que regerá a licitação. Sobre essas regras, as quais devem obedecer rigorosamente a lei, a Administração se acha vinculada. Por essa razão, não é lícito alterar as regras editalícias durante o certame, de forma a favorecer qualquer pessoa, exceto quando beneficiarem as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, as quais podem, por exemplo, deixar de apresentar a documentação relativa a capacidade técnica exigida no instrumento convocatório.

II – Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá, a fim de evitar o fracasso da licitação, abrir o prazo de 10 dias úteis para a adequação das licitantes as regras estabelecidas no edital ou convite.

III – Os prazos mínimos de veiculação do instrumento convocatório, estabelecidos no artigo 21 da Lei 8666/93, poderão ser reduzidos pela metade, desde que seja precedida de justificativa idônea e aprovada pelo órgão jurídico interno do ente licitante.

IV – A concorrência é o tipo de licitação aplicável em qualquer caso, independente do valor estimado do objeto pretendido.

V – A concorrência pode ser utilizada sempre quando for cabível a modalidade de Tomada de Preços ou Convite, e a Tomada de Preços também poderá ser utilizada quando for indicada a modalidade Convite para o certame.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, IV e V estão corretos.
- d) Apenas os itens IV e V estão corretos.
- e) Somente o item V está correto.

4. Assinale a alternativa correta:

I - Uma das características dos contratos administrativos é a presença de cláusulas exorbitantes, justificadas pela supremacia do interesse público sobre o particular.

II - Nos contratos administrativos não é possível a rescisão unilateral.

III - A rescisão de um contrato administrativo pode ser judicial e administrativa, mas não amigável.

IV - Os contratos de obras ocorrem quando o objeto pactuado consiste em construção (ex.: viaduto) ou reforma (ex.: prédio público) de bens considerados públicos.

V - Os contratos privados geralmente traduzem um conjunto de direitos e obrigações em relação aos quais as partes se situam no mesmo plano jurídico, sem supremacia de uma sobre a outra.

- a) Somente as proposições III, IV e V são corretas.
- b) Somente as proposições II, III e V são corretas.
- c) Somente as proposições I, IV e V são corretas.
- d) Somente as proposições I, III e IV são corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

5. No que tange à lei geral de licitações, assinale a alternativa incorreta:

- a) Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver



Conselho Legislativo do Paraná

dado causa.

- b)** As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado.
- c)** Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- d)** É inexigível a licitação na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

6. Sobre o processo de criação das leis, assinale a alternativa incorreta.

- a)** O povo não pode dar início ao processo de criação das leis, visto que no modelo de democracia brasileiro o povo é representado pelos parlamentares (deputados, vereadores etc.), de modo que somente esses podem apresentar projeto de lei.
- b)** O Poder Executivo participa do processo de formação das leis.
- c)** Sanção e Veto fazem parte das atribuições políticas do chefe do Executivo dentro do processo legislativo.
- d)** Após a discussão de um projeto de lei na Câmara dos Deputados, o mesmo é encaminhado para a discussão no Senado.

7. De acordo com Constituição Federal é requisito essencial a ser destacado em sede de preliminar para a admissão do Recurso Extraordinário:

- a)** A comprovação da divergência jurisprudencial entre Tribunais de segunda instância ou entre estes e o Supremo Tribunal Federal;
- b)** A demonstração de que a decisão recorrida violou lei federal ou estadual.
- c)** A repercussão geral da matéria constitucional suscitada.
- d)** A indicação do preparo recursal, informando a unidade arrecadadora dos valores destinados ao porte de remessa e retorno.

8. A Constituição Federal revela em seu artigo 37, *caput*, que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, deve obediência aos princípios:

- a)** Da publicidade, da eficiência, da legalidade, da impessoalidade e da moralidade.
- b)** Da publicidade, da eficiência, da segurança jurídica, da impessoalidade e da moralidade;
- c)** Da publicidade, da eficiência, da legalidade, da impessoalidade e dos valores sociais do trabalho.
- d)** Da publicidade, da eficácia, da legalidade, da impessoalidade e da moralidade.

9. Assinale a alternativa que vai de encontro às regras estabelecida pela Constituição Federal:

- a)** As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- b)** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos



Conselho L_____a do Paraná

Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

- c) O Senado Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos segundo o princípio majoritário.
- d) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos.

10. A Constituição Federal ao tratar dos servidores públicos estáveis, estabelece que eles perderão o cargo:

- a) em virtude de sentença arbitral devidamente homologada pelo Poder Judiciário, desde que assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- b) mediante processo administrativo disciplinar, mesmo que esse corra em situação de revelia.
- c) em virtude de portaria expedida pela autoridade competente.
- d) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11. Em uma demanda aforada perante os juizados especiais cíveis, da sentença proferida pelo juiz togado caberá qual recurso a ser direcionado à Turma Recursal:

- a) Recurso Informal, no prazo de 15 dias.
- b) Recurso Inominado, no prazo de 10 dias.
- c) Recurso de instância, no prazo de 05 dias.
- d) Apelação no prazo de 15 dias.

12. Tendo por base as regras de competência estabelecidas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil.
- b) Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele será demandado no foro de seu último domicílio.
- c) É competente o foro do domicílio do credor, para a ação de anulação de títulos extraviados ou destruídos.
- d) Nas ações de reparação do dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, será competente o foro do domicílio do causador do dano.

13. Quanto aos prazos processuais, assinale a alternativa que vai ao encontro das disposições inseridas no Código de Processo Civil:

- a) Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.
- b) Não havendo preceito legal nem assinação pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- c) Computar-se-á em dobro o prazo para contestar e em quádruplo para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
- d) Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, mesmo que a parte prove que não o realizou por justa causa.



Conselho L.....a do Paraná

14. A sentença de acordo com o Código de Processo Civil será proferida com resolução do mérito quando:

- a) O Autor desistir da ação.
- b) Ocorrer confusão entre autor e réu.
- c) O juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.
- d) O juiz verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

15. Com relação aos recursos veiculados no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Da decisão interlocutória que indefere o pedido de tutela antecipada formulada pelo autor, cabe, uma vez preenchidos os requisitos legais, agravo de instrumento com pedido de reconsideração dirigido diretamente ao juiz da causa, que poderá rever sua decisão em 05 dias.
- b) Cabem embargos de declaração solicitando a reforma da sentença quando a mesma for obscura.
- c) Não poderá a parte opor embargos de declaração contra decisão do juiz por mera obscuridade.
- d) A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.

DIREITO CIVIL

16. O Direito Público pode ser definido como aquele que se liga ao interesse do Estado, enquanto o Privado corresponde mais à vontade particular. Sobre o assunto, anote a alternativa que não identifica o ramo do direito pertencente ao direito PRIVADO:

- a) Direito Constitucional.
- b) Direito do Trabalho.
- c) Direito Comercial.
- d) Direito Civil.

17. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A Segurança Jurídica é fundamental para se alcançar a justiça, visto que ela proporciona estabilidade, ordem e segurança nas relações estatais e inter-subjetivas.
- b) A Equidade pode ser entendida como a medida da justiça ao caso em concreto.
- c) A coisa julgada e o próprio direito positivo não prestam para gerar certeza e estabilidade, ou seja, segurança jurídica.
- d) A uniformidade e continuidade da jurisprudência e a irretroatividade da lei prestam, também, para proporcionar segurança jurídica.

18. Assinale a alternativa correta:

- a) A jurisprudência ao criar o Direito é considerada fonte primária e direta do Direito.
- b) A jurisprudência, ao interpretar o Direito Positivo, influencia em sua formação, visto que o Legislador, atento à visão do Judiciário, considerará esse fator na criação das Leis.
- c) A Lei e a Doutrina são fontes do Direito, mas apenas a Doutrina pode criar o Direito Positivo.
- d) A Doutrina é criada através do denominado processo legislativo.

19. De acordo com o Código Civil são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:



Conselho Regional de Odontologia do Paraná

- a) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- b) os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- c) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- d) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.

20. Trata-se o Conselho Regional de Odontologia do Paraná de:

- a) Uma entidade privada criada pelo Sindicato dos Cirurgiões Dentistas autônomos.
- b) Uma autarquia federal.
- c) Uma organização sindical patronal.
- d) Uma sociedade de economia mista.

GABARITO

1	5	9	13	17
2	6	10	14	18
3	7	11	15	19
4	8	12	16	20